Bilhete de Fiúza para José Carlos: novos indícios

BRASÍLIA — A CPI da máfia do Orçamento tem a cópia de um bilhete manuscrito do então ministro Ricardo Fiúza para seu assessor José Carlos Alves dos Santos que poderá comprovar que os esquemas de distribuição das subvenções sociais sobreviveram ao afastamento do deputado João Alves (PPR-BA) da relatoria da Comissão Mista do Or-

çamento. José Carlos, que entregou a cópia aos integrantes da CPI, disse que o bilhete selava o acordo de Fiúza com João Alves para privilegiar as mesmas entidades de sempre.

Os Cr\$ 18 bilhões (a preços de abril de 1992) das subvenções deveriam ser divididos assim, segundo o bilhete de Fiúza: “Entidades tradicionalmente atendi-

das: 13; indicações políticas observados os trâmites legais: 5.”

José Carlos conversou durante horas com os integrantes da CPI, semana passada. Na conversa, ele garantiu que a lista das entidades que sempre eram atendidas, e deveriam continuar sendo, foi feita pelo próprio João Alves e encampada por Fiúza. Ain-

da segundo o economista, as demais entidades, que ficariam com Cr\$ 5 bilhões, atenderiam aos interesses do próprio Fiúza.

Até mesmo a distribuição dos recursos relacionava-se com o trabalho feito por João Alves. Como Fiúza diz no bilhete, a distribuição obedeceria à seguinte regra: “valor máximo igual ao do ano anterior, corrigido”.